

Planeta favela

Dentro de poucos anos, a maior parte da humanidade estará vivendo em cidades. E, ao contrário do ocorrido durante a Revolução Industrial, o maior incremento da população urbana não será concentrado na Europa e nos Estados Unidos, mas principalmente nos países mais pobres, com algumas exceções, como a China e a Coréia do Sul. Essa tendência consolida-se no contexto da globalização, reestruturação da economia e hegemonia das políticas neoliberais. Em todo o mundo, o desemprego, a pobreza e a concentração da renda caminham *pari passu* com a redução do papel do Estado, especialmente na provisão de serviços públicos. Nos países pobres, o efeito dessa combinação tem sido devastador. A miséria crescente manifesta-se espacialmente na deterioração das já precárias condições habitacionais – processo

caracterizado por Mike Davis (1970) como “produção em massa de favelas”, cuja análise constitui o cerne do seu livro *Planeta Favela*. Não se trata de um fenômeno novo, mas coube ao capitalismo neoliberal multiplicar “exponencialmente” a população favelada, a partir da década de 1970 (p. 34).

Um dos pontos fortes da obra é a tentativa de sintetizar dados quantitativos e qualitativos referentes a realidades tão distintas como a África Subsaariana, o Sul da Ásia e a América Latina, e de analisá-los numa perspectiva multidisciplinar. Em tempos de mudanças radicais, é louvável buscar sínteses explicativas de abrangência internacional, sem temer generalizações que integrem a economia política, a história, a sociologia e o urbanismo. Mesclando a aridez das estatísticas com a expressividade das informa-

Linda M. P. Gondim: Doutora em Planejamento Urbano pela Universidade de Cornell e Professora da Universidade Federal do Ceará.

ções qualitativas, o autor aborda simultaneamente tendências estruturais e casos concretos, sem se render à sedução dos temas microscópicos, que se autoexplicam e se esgotam em si mesmos.

No interessante pós-fácio, Ermínia Maricato menciona, aprovadamente, que Mike Davis “valoriza o conhecimento empírico e é pouco dado a longas abstrações ou desenvolvimento conceitual, o que revela sua origem proletária e de militante de esquerda” (p. 210). Entretanto, o intuito generalizante aliado ao empirismo cobra um preço, em termos epistemológicos, teóricos e mesmo empíricos. O desinteresse por discussões conceituais é aceitável quando se trata de termos como “Terceiro Mundo” ou “países do hemisfério sul”, cuja elaboração teórica não teria maior relevância para os objetivos do trabalho, como diz acertadamente Ermínia Maricato (p. 210). Em outros casos, porém, a precária sistematização teórico-metodológica conduz a indesculpáveis equívocos analíticos.

Tal é o caso do conceito de “favela”, objeto do capítulo 2. Davis parece concordar, em princípio, com a definição adotada em sua

principal fonte de dados, a coletânea *The Challenge of Slums* (publicada pela UN-HABITAT, em 2003), que ressalta as características de alta densidade, inadequação das condições sanitárias e insegurança quanto à posse da terra (p. 33). Considera-a, porém, “conservadora” no referente à aferição das dimensões quantitativas do fenômeno, pois os favelados corresponderiam a 78,2% da população urbana dos países menos desenvolvidos (p. 34). Para chegar a esse número “espantoso”, ele considera como favela praticamente todo tipo de habitação precária, ou melhor, de abrigo precário: cortiços, moradias públicas de aluguel, pensões, hospedarias, invasões, loteamentos clandestinos, campos de refugiados e até “moradores de rua” (p. 41).

Na falta de uma discussão conceitual mais rigorosa, a “favela” de Mike Davis torna-se um leito de Procusto, no qual cabem todas as formas de morar dos pobres urbanos. Assim, fica “demonstrado” o seu argumento de que as cidades dos países menos desenvolvidos estão se favelizando irremediavelmente. Não se trata de minimizar a gravidade da discussão, mas de reco-

nhecer que igualar todas as formas de habitação dos pobres não contribui nem para a compreensão do fenômeno, nem para sua resolução. O autor reconhece que “nem todos os pobres moram em favelas e nem todos os favelados são pobres”, assinalando que o número destes é muito superior ao de favelados (p. 36). Mas não julga necessário mencionar como seriam essas moradias de baixa renda não faveladas, nem qual sua posição no mercado imobiliário.

Rigor teórico significa buscar generalizações, sem perder de vista a importância das diferenciações. Por esse motivo é tão importante o papel da análise comparativa de cunho internacional, proposta em *Planeta Favela*. Contudo, ao invés de identificar e explicar semelhanças e diferenças entre países com formação histórica e cultural variada, Davis subsume num mesmo esquema abstrato transformações ocorridas em sociedades cuja articulação com o sistema capitalista mundial, ao longo da história, se dá de formas bem distintas. Não caberia, no espaço desta resenha, aprofundar essa crítica; é suficiente lembrar que a experiência colonial dos países da

América Latina encerrou-se no século XIX, enquanto o colonialismo esteve presente na África e Ásia durante boa parte do século XX. Mesmo sem entrar em detalhes, são óbvias as distinções entre o relacionamento de uma colônia com sua metrópole, e entre um país formalmente independente, mas economicamente subjugado a uma ou mais potências imperialistas. Sem contar casos excepcionais como o da China, que além de jamais ter tido o *status* de colônia, passou por uma experiência radical de economia estatizada e agora assume papel de destaque na economia globalizada.

A falta de cuidado na generalização intercontinental é óbvia no tratamento que a questão das migrações campo-cidade recebe no livro. Ao contrário do verificado na China comunista até o início da década de 1980 (p. 68) e na África do Sul no final da mesma década (p. 60), não houve, na América Latina, “obstáculos colossais, embora menos sistemáticos, à migração urbana” (p. 65). Os próprios exemplos citados em *Planeta Favela* referem-se à destruição de assentamentos populares já localizados em áreas urbanas, ou de perseguição a seus

moradores – e não há evidência de que tais medidas tenham desencorajado outros migrantes, muito menos acarretado o retorno ao campo dos que já se encontravam nas cidades.

Sem se ater à periodização histórica, Mike Davis afirma que

[n]a América Latina, a derrubada das ditaduras criou oportunidades temporárias de invasão e ocupação de terras, ao mesmo tempo em que as fortes rivalidades entre os guerrilheiros e a ameaça implícita de revolução forneciam aos imigrantes urbanos chances episódicas de trocar votos por terra e infra-estrutura (p.67).

O único exemplo de expansão urbana “explosiva” favorecida pela “derrubada das ditaduras” é o da Venezuela no período entre a expulsão de Pérez Jiménez e a eleição de Rómulo Betancourt, quando ocorreu um afluxo de 400 mil pessoas a Caracas, no final da década de 1950 (p. 68). Na verdade, os regimes ditatoriais na América Latina que enfrentaram guerrilhas e ameaça de revolução só viriam a ser “derrubados” – termo inadequado, pois o fim desses regimes, em geral, foi pac-

tuado em meio a graves crises internas – no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980.

Quanto à tolerância de governos populistas relativamente à formação de favelas, atribuí-la diretamente à necessidade de mão-de-obra para o crescimento industrial, como faz o autor no caso do México (p. 68), é simplificar demasiadamente as relações entre a economia e o Estado capitalista, que são mediadas pelas conjunturas políticas e pelos movimentos sociais. É lamentável constatar que, intencionalmente ou não, Mike Davis faz pouco caso da extensa produção intelectual, publicada sobretudo na década de 1970, que critica o mecanicismo de análises marxistas sobre o Estado capitalista (Laclau, 1979; Skocpol, 1980).

Um contra-exemplo da relação mecanicista entre intervenção do Estado e necessidades de acumulação de capital pode ser encontrado na experiência brasileira, mais especificamente no Rio de Janeiro, paradigma das transformações nas formas de atuação do Estado em relação aos favelados. Nesse caso, a política de erradicação de favelas foi estabelecida pelo governador

Carlos Lacerda, com recursos da USAID, no início da década de 1960, e continuou até o final da década seguinte – atravessando, portanto, todo o período do “milagre econômico” (1969-1973). Nessa época, a política econômica dos governos militares, baseada na concentração da renda e na expansão do setor de bens de consumo duráveis, resultou em taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, aumentando a demanda por mão-de-obra.

O processo de ocupação da terra urbana não decorre apenas de ações predatórias pelas quais as “elites” extraem lucros diretamente pela venda ou aluguel de imóveis aos pobres que “invadem” terras ociosas. Estudos de pesquisadores brasileiros demonstraram a relação entre, de um lado, a ocupação da periferia e de áreas de preservação ambiental, e, de outro, a legislação urbanística rigorosa, porém aplicada seletivamente às áreas mais “nobres” da cidade. Ao restringir, mediante normas rigorosas de zoneamento e de parcelamento, o uso e a ocupação do solo nas áreas dotadas de infra-estrutura e serviços, o Poder Público contribui para elevar o valor da terra urbana nessas áreas.

A ação de especuladores aumenta artificialmente a escassez, e conseqüentemente o preço, dos terrenos adequados ao mercado imobiliário formal, deixando aos pobres a “opção” das favelas ou das periferias. Estas, por sua vez, também conhecem a ação de pequenos e médios especuladores que, entretanto, não poderiam ser caracterizados como membros da “elite”.

Nos processos de ocupação das periferias e de crescimento das favelas no Terceiro Mundo, a relação entre o setor imobiliário formal e a habitação informal se dá muito mais no âmbito da produção do que do consumo de terra urbana, pois, como mostra o exemplo da Turquia, apontado pelo próprio Davis, muitas vezes as favelas são erradicadas para dar lugar a “prédios de luxo” (p. 93).

No livro de Mike Davis, a compreensão da pobreza urbana fica prejudicada pelo recorte do seu objeto de pesquisa, que exclui as cidades do Primeiro Mundo. Faz falta uma justificativa teórica dessa exclusão, para além da mera constatação de que as maiores taxas de crescimento de cidades e favelas se encontram nos países menos desenvolvidos.

Evidentemente, do ponto de vista metodológico, a opção de Mike Davis seria válida, desde que não prejudicasse a compreensão do fenômeno que ele busca explicar. Entretanto, o autor termina por negligenciar a dimensão internacional da reprodução da pobreza urbana. Na ânsia de demonizar as políticas neoliberais em relação à mão-de-obra, o autor lhes atribui um poder de controle que está longe de ser real:

Com a literal “grande muralha” da imposição de uma fronteira de alta tecnologia que *bloqueia* a migração em grande escala para os países ricos, somente a favela continua a ser solução *totalmente permitida* para o problema do armazenamento da humanidade excedente deste século (p. 200; grifos meus).

A evidência empírica aponta na direção contrária a tal bloqueio: apesar das medidas xenófobas dos governos do Primeiro Mundo, ocorreu um afluxo sem precedentes de migrantes dos países menos desenvolvidos para as grandes cidades do Norte. Um caso paradigmático é Los Angeles, cuja história foi objeto de um brilhante estudo do próprio Davis (1991): a metrópole norte-ame-

ricana recebeu, entre 1978 e 1990, um milhão de imigrantes (Wacquant, 2001). Reconhecer a importância da migração internacional como fator de reprodução da pobreza urbana contribuiria para reforçar o próprio argumento de Davis quanto à “planetarização” das favelas, uma vez que os “novos imigrantes” reproduzem, *mutatis mutantis*, o que ocorre em seus países de origem: alojam-se em bairros dilapidados e segregados, contribuindo, assim, para o crescimento de *slums* e periferias destituídas do direito à cidade.

Outra limitação de *Planeta Favela* decorre da opção do seu autor por uma abordagem que praticamente anula o papel dos sujeitos sociais: os favelados não passam de vítimas ou joguetes de forças macroestruturais ou impessoais, como “o capitalismo neoliberal”, “o Consenso de Washington”, “as elites”. Estas forças também controlam “os governos”, “os políticos”, “as “ONGS”... Numa involuntária confissão de sua incapacidade de romper com o dualismo entre estrutura e ação social, Mike Davis deixa para um outro livro, a ser publicado em co-autoria com Forrest Hylon, a análise dos

“atos de resistência dos pobres” (p. 201). Ele reconhece que

[a]té dentro de uma só cidade, a população favelada pode apresentar variedade enlouquecedora [sic.] de reações à privação e à negligência estruturais, que vão das Igrejas carismáticas e cultos proféticos às milícias étnicas, gangues de rua, Ongs neoliberais e movimentos sociais revolucionários (p. 201).

Pena em *Planeta Favela* ele tenha perdido a oportunidade de incluir a “miríade de atos de resistência” (p. 201) na análise das condições de produção e reprodução das próprias favelas do Terceiro Mundo.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo**: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Scritta, 1991.

LACLAU, Ernesto. **Politics and ideology in marxist theory**. Londres: Verso, 1979.

SKOCPOL, Theda. Political responses to capitalist crisis: neo-marxist theories of the state and the case of the New Deal. **Politics and Socie-**

ty, n.10, p.155-201, 1980.

WACQUANT, Löic. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. p.31.

Nota: DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.